

COMPROMISSO

Sindicato restituirá Contribuição Negocial aos associados

A Contribuição Negocial, desconto efetuado no salário de setembro e na primeira parcela da PLR/2018, será restituída aos bancários e bancárias associados que atuam na base de Londrina. O Sindicato vai devolver a parte que lhe foi creditada, ou seja: 70% do valor descontado. Quem ainda não é filiado poderá se associar ao Sindicato até o dia 30/11/2018 para receber a restituição

A CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) 2018 - 2019, assinada no dia 31 de agosto com a Fenaban, prevê, além dos diversos direitos da categoria, também uma Contribuição Negocial de 1,5% sobre o salário dos bancários e bancárias, tendo como desconto mínimo o valor de R\$ 50,00 e máximo R\$ 250,00; e de 1,5% sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), com teto de R\$ 210,00 a cada parcela. O desconto será feito para todos, pois a regra é nacional e vale para todos os trabalhadores abrangidos pela CCT.

Do valor total dessa Contribuição, 70% são repassados ao Sindicato e os outros 30% são destinados à Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro) e à Fetec (Federação Estadual dos Trabalhadores em Empresas de

Crédito do Paraná), entidades que custeiam as assessorias que dão suporte técnico ao Comando Nacional dos Bancários e às COEs (Comissões de Organização dos Empregados) específicas de cada banco.

É importante lembrar que essa Contribuição é fundamental para custeio da organização dos trabalhadores na luta pela manutenção e ampliação dos direitos da categoria, seja na Campanha Salarial Unificada ou nas demandas específicas em cada banco. Vale destacar que todos os bancários (sócios e não sócios) são beneficiários da Convenção Coletiva e dos Acordos específicos por banco, cabendo o financiamento da organização sindical aos associados que investem no Sindicato através de contribuição mensal.



Compromisso histórico

Assim como vem ocorrendo há décadas, o Sindicato de Londrina sempre dispensou os associados de arcar com contribuições além da mensalidade sindical e agora não será diferente. Já está sendo disponibilizado através de depósito em conta corrente dos associados o valor que coube ao Sindicato, ou seja: 70% da contribuição sindical descontada no salário de setembro e na primeira parcela da PLR. Este mesmo procedimento será adotado no próximo ano, quando haverá novo desconto incidido na segunda parcela da

PLR e no salário de setembro/2019.

Se você ainda não é filiado, mas também quer receber estes valores e está disposto a investir no fortalecimento da organização sindical e nas lutas da categoria, entre em contato com um diretor ou com a Secretária do Sindicato até o dia 30/11/2018 para se associar. Além da restituição da Contribuição Negocial, você poderá usufruir dos convênios do Sindicato, utilizar a Chácara localizada em Sertaneja durante seus dias de folga e aproveitar as demais vantagens que o Sindicato oferece aos sindicalizados.

LEIA MAIS

Banco do Brasil ataca isonomia de direitos e se nega a negociar situação da Cassi

Pág. 2

Funcionários do Itaú apresentam ao banco proposta para a PCR de 2019

Pág. 3

Diretoria do BB não quer incluir funcionários pós-2018 na Cassi

Não bastasse a nova onda de descomissionamentos lançada pelo Banco do Brasil logo após o encerramento da eleição para presidente da República, no dia 1º de novembro, a diretoria editou um normativo alterando as regras relacionadas ao Plano de Saúde e outros benefícios para retirar estes direitos dos funcionários e funcionárias admitidos após janeiro de 2018. Com isso, quem for admitido pós-2018 não poderá se associar à Cassi e receberá o ressarcimento de apenas 50% das despesas médicas do Plano de Saúde o qual estará filiado.

Na avaliação do diretor do Sindicato, Laurito Lira Filho, essa é mais uma medida adotada pela diretoria do BB como forma de retaliação pela derrota sofrida na votação do novo Estatuto da caixa de assistência. “Como eles não conseguiram aprovar as mudanças, agora partem para outro ataque, tentando retirar dos novos funcionários da ativa a assistência médica, retomando a política de discriminação que foi adotada nos anos 90”, recorda.

Laurito afirma que esse tipo de procedimento já foi considerado ilegal pela Justiça do Trabalho, que suspendeu a aplicação da Resolução 23 da CGPAR no que diz respeito à diferenciação dos funcionários e funcionárias na oferta

Banco rejeita alternativas de custeio apresentadas pelas entidades

Com uma justificativa nada convincente, o Banco do Brasil rejeitou a proposta apresentada pela ANABB e CONTEC, endossadas pela FAABB e suas

Associações, para assegurar a sustentabilidade da Cassi. O documento foi enviado no dia 5 de novembro e já no dia 7 a direção do banco encaminhou ofício às entidades alegando, dentre outros motivos, que a proposta não contemplou as premissas relacionadas ao custeio já definidas pela Governança do BB, em especial a cobrança por participante e a paridade de contribuição a partir de 2022.



A ANABB avalia que pelo curto tempo para dar resposta o banco não deve ter feito uma análise mais aprofundada acerca das alternativas apresentadas. A entidade lamentou

a falta de sensibilidade da direção do BB e avalia que a negativa às propostas pode impactar a Cassi e a assistência prestada a cerca de 1 milhão de pessoas atendidas. Por isso, disse que irá analisar, juntamente com a AAFBB, CONTEC, CONTRAF e FAABB, o ofício do BB, bem como o parecer técnico e atuarial da Cassi, para definir as medidas a serem adotadas na defesa dos associados.

de planos de saúde. “Temos diversas decisões judiciais reconhecendo que o banco não pode proceder a quebra da isonomia de seu quadro de pessoal em relação à assistência médica e à

previdência complementar. Com esse normativo, certamente vai ter que amargurar mais uma derrota por querer levar tudo na base do ferro e do fogo”, ressalta o diretor do Sindicato.

Paulo Guedes admite intenção de privatizar banco

O futuro ministro da Economia do governo Jair Bolsonaro (PSL), Paulo Guedes, deixou claro, em matéria veiculada pelo jornal Valor Econômico, na edição do dia 8 de novembro, que pretende privatizar o Banco do Brasil. A intenção foi manifestada em entrevista concedida ao site “Poder 360” no dia anterior e contradiz a afirmação feita por Bolsonaro de que o BB não estaria na lista das estatais a serem privatizadas.

Guedes disse ao site que uma das suas propostas para o banco é se associar ao Bank of America, a maior instituição financeira dos EUA. Ele chegou a declarar a outro veículo de comunicação que essa é uma ideia para o futuro, mas no fundo demonstra que sua meta é entregar as empresas estatais brasileiras a grupos estrangeiros, conforme apontavam as primeiras propostas de Bolsonaro no primeiro turno das eleições deste ano.

Lucro de R\$ 9,7 bilhões

O balanço financeiro do Banco do Brasil referente ao terceiro trimestre de 2018 aponta a obtenção de lucro de R\$ 9,7 bilhões. Este valor representa um crescimento de 22,8% em comparação ao montante apurado no mesmo período do ano passado.

Segundo informou o banco, esse resultado se deve principalmente à redução de despesas de provisão de crédito, ao crescimento da renda com tarifas (que cresceram acima da inflação) e ao controle de custos (que variaram abaixo da inflação).

CAIXA

Agentes privados são nomeados para vice-presidências

O processo de desmonte e preparação da Caixa Econômica Federal para ser entregue a grupos privados segue em frente, conforme determina a cartilha neoliberal do governo Michel Temer (MDB). No início de novembro, o banco anunciou os novos quatro vice-presidentes para as áreas de Governo, Corporativo, Habitação e Fundos de Governo e Loterias.

Os dois primeiros cargos serão ocupados por empregados de carreira, enquanto os demais foram escolhidos no mercado, aproveitando a alteração que foi feita no Estatuto da Caixa este ano para permitir o ingresso de agentes privados na gestão do banco 100% público. O processo de seleção foi coordenado por uma empresa de recrutamento, mas caberá aos representantes do Ministério

da Fazenda no Conselho de Administração a aprovação dos nomes.

O novo responsável pela vice-presidência Corporativo é o economista João Eduardo de Assis Pacheco que, entre outras instituições, atuou no Santander, Safra e Mercantil de Investimentos. No Governo assume o também economista João Carlos Gonçalves da Silva, que



Arte: Thiago Akioka/Spbancarios

trabalhou na SPDA (Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos), da Prefeitura de São Paulo, banco ABC Brasil e banco Fator, assessor técnico em privatizações como no caso da Cedae, no Rio de Janeiro.

Os outros dois vices são empregados: Jair Luis Mahl

(Habitação) e Roberto Barros Barreto (Fundos de Governo e Loterias).

Ambos ocupam hoje cargos de diretores-executivos.

Para o presidente do Sindicato, Felipe Pacheco, a interferência do mercado privado vai distanciar ainda mais a Caixa do seu papel enquanto agente de políticas públicas. “O objetivo deles é abrir campo para que os bancos privados ampliem sua atuação em segmentos onde a Caixa é líder, como na concessão de crédito para habitação, na gestão das contas do FGTS e outros”, aponta.

Felipe lembra que uma nova alteração estatutária feita no banco possibilita a contratação de agentes externos também para as áreas Jurídica, Auditoria e na Corregedoria, demonstrando que a privatização caminha a passos largos dentro da Caixa.

ITAÚ

COE apresenta ao banco proposta para renovação do PCR

Integrantes da COE (Comissão de Organização dos Empregados) entregaram ao Itaú Unibanco no dia 8 de novembro, em São Paulo, uma proposta para a renovação da PCR (Participação Complementar nos Resultados). Os funcionários e funcionárias reivindicam do banco a distribuição de 2% de seu lucro líquido, de forma linear, a título da PCR. Na proposta, também é sugerida a vigência de dois anos (2019/2020) para o acordo que regulamentará este direito.

“O objetivo é buscar um incremento maior na PCR como forma de valorizar os bancários e bancárias do Itaú que foram responsáveis pela obtenção de sucessivos recordes de lucros e submetidos a atingir metas de produtividade cada vez mais altas”, argumenta João Antonio da Silva Neto, diretor do Sindicato e integrante da COE Itaú. Este ano, o banco pagou R\$ 2.662,66 de PCR.

Negociação permanente

A PCR é um dos pontos da pauta de reivindicações específicas dos funcionários do Itaú, definida durante o



Proposta elaborada pela COE Itaú busca a valorização dos funcionários com uma quantia maior no pagamento da PCR nos próximos dois anos

Encontro Nacional realizado no mês de junho, em São Paulo. As negociações com o banco devem ser retomadas no dia 29 de novembro, quando também estarão em pauta propostas sobre a remuneração total, englobando salários, Vales Alimentação e Refeição, PLR e todos os programas próprios do banco, com vistas a caminhar para a criação de um PCS (Plano de Cargos e Salários) para todos os empregados e empregadas.

Outros pontos que devem fazer parte das discussões em futuras negociações entre a COE e o banco são o SQV (Score de Qualidade de Vendas) e a cláusula 65 da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, que diz respeito ao adiantamento emergencial de salários nos períodos especiais de afastamento por doença. Estes dois pontos de pauta também foram definidos durante o último Encontro Nacional dos Bancários do Itaú.

BRADESCO

Justiça da PB reintegra bancária pela segunda vez este ano

Ação movida pelo Sindicato dos Bancários da Paraíba resultou na reintegração da bancária Aphoena Araújo Lopes, que havia sido demitida ilegalmente pelo Banco Bradesco pela segunda vez. O Juiz Titular da 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa, Paulo Henrique Tavares da Silva determinou a reintegração por entender que a justa causa aplicada pelo banco foi arbitrária, uma vez que não houve a justificativa para tal medida e a trabalhadora se encontrava em gozo de Licença para tratamento da saúde. Ela foi reintegrada no dia 7 de novembro, na agência Duque de Caxias, localizada no Centro de João Pessoa.

A funcionária, que trabalha há mais de oito anos no Bradesco, foi vítima da mesma situação em maio deste ano e vai receber todos os direitos e vantagens inerentes ao cargo, bem como o pagamento dos salários vencidos, acrescidos dos direitos e vantagens a eles vinculados, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$ 5 mil.

“Este caso da Paraíba demonstra como é cruel a política de RH do Bradesco, não respeitando nem mesmo os funcionários que tiveram sua saúde abalada pela falta de pessoal nas agências e as pressões constantes para atingir metas inatingíveis”, critica Valdecir Cenali, diretor do Sindicato e integrante da COE Bradesco.

NADA A COMEMORAR

Lei trabalhista de Temer completa um ano

A Lei nº 13.467, sancionada por Michel Temer (MDB) no dia 11 de novembro de 2017 completou um ano esta semana. Fruto de um processo encaminhado a toque de caixa sem que fosse feito um amplo debate entre as entidades que representam empresas e a Classe Trabalhadora, a reforma trabalhista alterou mais de 100 artigos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) sob a justificativa de modernizar a legislação até então vigente e gerar empregos.

O balanço do primeiro ano dessa Lei demonstra que esses objetivos não foram alcançados, jogando por terra o discurso de Temer. A maior parte dos postos de trabalho criados no último ano foi sem carteira assinada, com menos direitos e salários mais baixos, conforme

aponta o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), feito pelo Ministério do Trabalho, e pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Dados do Caged revelam que foram criadas 372.748 vagas formais após a entrada em vigor da nova legislação, número muito inferior aos dois milhões prometidos por Temer. Além disso, as dificuldades para ingressar com reclamações trabalhistas junto à Justiça do Trabalho levaram ao aumento de acordos de demissão feitos entre trabalhadores e empresas sem a participação dos Sindicatos, resultando no calote de direitos que antes eram devidos por ocasião das rescisões contratuais.

De acordo com o IBGE, a reforma de Temer precarizou ainda mais o mercado de trabalho com aumento da terceirização. Segundo o órgão, de cada 10 brasileiros que estavam trabalhando no terceiro trimestre de 2018, cerca de quatro eram informais, jogando por terra os argumentos utilizados pelo governo e defensores da reforma que deveria modernizar as relações de trabalho no País.



Juízes criticam proposta de extinção do Ministério do Trabalho

A intenção do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), de extinguir o Ministério do Trabalho e fiatar suas atribuições para outras pastas gerou críticas de diversas entidades e até mesmo de funcionários do órgão, dada a sua importância e o papel de regular as relações entre patrões e empregados. Em Nota Técnica, divulgada no dia 8 de novembro, a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), o Coleprecor (Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho), a ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) e a Abrat (Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas) se posicionaram veementemente contrárias à medida, argumentando que a extinção ou fusão deste Ministério vai gerar desequilíbrio nas relações entre capital e trabalho, além de colocar em risco a violação de

diversos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil junto à OIT (Organização Internacional do Trabalho) para promover o trabalho decente e impedir a regressividade dos direitos sociais, conforme estabelece o artigo. 26 do Pacto de San José da Costa Rica.

A Nota destaca as principais funções desenvolvidas pelo órgão criado em 26 de novembro de 1930, dentre as quais a definição de políticas para geração de empregos e apoio ao trabalhador; modernização das relações de trabalho; fiscalização das condições de trabalho e do cumprimento de direitos estabelecidos em acordos e convenções coletivas; instituição de normas de saúde e de segurança do trabalhador etc.

Para as entidades, o fim ou a fusão do Ministério do Trabalho também colocará em risco as diversas políticas públicas desenvolvidas nos últimos tempos, que dizem respeito à

Extinção ou fusão do Ministério do Trabalho com outra pasta coloca em risco a geração de empregos e relações entre patrões e empregados, alertam juízes trabalhistas

regularização das entidades sindicais, execução de programas de formação e qualificação profissional, criação de crédito consignado para a Classe Trabalhadora, promoção de debates acerca das interferências das inovações tecnológicas no mercado de trabalho,

dentre outras.

Por, fim, a Anamatra e demais entidades representativas de juízes do Trabalho alertam que se a intenção de Bolsonaro for concretizada as relações de trabalho no Brasil irão retroceder para 1920.



SOLIDARIEDADE

Campanha Natal Sem Fome arrecada mantimentos para famílias carentes

O Sindicato está promovendo este ano mais uma edição da Campanha Natal Sem Fome, com o objetivo de arrecadar alimentos não perecíveis para famílias atendidas pelos Vicentinos da Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem, do Jardim Bandeirantes, e da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, do Jardim União da Vitória, localizados em Londrina.

Irineu Barrinuevo, diretor do Sindicato e responsável pela coordenação da Campanha, afirma que com a contribuição da categoria é possível



fazer com que famílias carentes dos bairros atendidos por estas Paróquias tenham algo a mais a comer nas festas do final de ano.

“Com as contribuições da categoria nós temos conseguido nos últimos 20 anos minimizar o sofrimento de muitas pessoas, reacendendo o espírito de solidariedade para ajudar aqueles que mais precisam ser amparados no momento em que temos fartura na comemoração do Natal”, salienta.

De acordo com Irineu, as doações devem ser deixadas nas agências e serão recolhidas pelos diretores do Sindicato até o dia 21 de dezembro.

ESPORTE

Definidas três vagas para a Semifinal do Campeonato Suíço 2018

Encerrada no último sábado (10/11), no Grêmio Uninorte a sexta rodada do Campeonato Bancário de Futebol Suíço 2018, organizada pelo Sindicato, três equipes já estão classificadas para a Semifinal e a outra vaga vai depender dos resultados e dois jogos que serão disputados esta semana, sendo a primeira no dia 12, entre o BB Ta Lento e o Santander Cambé, e a segunda no dia 17, entre o BB Ta Lento e o Santander Centro.

O Bradesco Bela Vista do Paraíso ficou em primeiro lugar na tabela, com 18 pontos,

o Bradesco Guaporé em segundo, com 13, seguido pelo Santander Cambé, que está com 13, mas que poderá ampliar a pontuação caso vença a partida contra o BB Talento. A equipe Itaú Unibanco tem nove pontos e está em quarto lugar, mas pode perder a vaga dependendo dos resultados das duas partidas que ainda faltam para encerrar o certame.

Erramos - Na edição anterior o nome do goleiro do Santander Camé, Rudy Verpa, foi escrito de forma errada.

RESULTADOS DA 4ª RODADA

Jogo do dia 7/11

BB Ta Lento 3 x 2 Itaú Unibanco

Jogos do dia 10/11

Bradesco Guaporé 7 x 1 Mixtão

Bradesco Bela Vista 4 x 3 PLR United

Itaú Unibanco 3 x 1 Santander Cambé

PRÓXIMOS JOGOS

Jogo do dia 12/11

20h00: BB Ta Lento x Santander Cambé

Jogo do dia 17/11

9h00: BB Ta Lento x Santander Centro

